

## BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 140 - MARÇO DE 2021

### SUMÁRIO

#### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....2

Decretos.....2

#### LEGISLAÇÃO FEDERAL

Decretos.....3

#### PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Pareceres.....4

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
Alisson de Bom de Souza

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA  
ASSUNTOS JURÍDICOS  
Sérgio Laguna Pereira

GOVERNO DE  
**SANTA CATARINA**



## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### LEIS ORDINÁRIAS

#### LEI Nº 18.089

**29 DE JANEIRO DE 2021**

Dispõe sobre as condecorações e o título honorífico a serem outorgados pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PMSC) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.090

**29 DE JANEIRO DE 2021**

Dispõe sobre os cuidados obrigatórios nos pro-

cedimentos de impermeabilização de bens móveis com produtos à base de solvente inflamável, no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.091

**29 DE JANEIRO DE 2021**

Regulamenta, em âmbito estadual, o art. 3º, § 1º, III, da Lei federal nº 13.874, de 2019, para classificar atividades de baixo risco, e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.092

**29 DE JANEIRO DE 2021**

Estabelece procedimentos administrativos suplementares para as contratações públicas diretas, nas hipóteses aludidas pelos arts. 24, III, IV, V e VII, e 25 da Lei federal nº 8.666, de 1993, no âmbito do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### DECRETOS

#### DECRETO Nº 1123

**28 DE JANEIRO DE 2021**

Introduz a Alteração 4.242 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1124

**28 DE JANEIRO DE 2021**

Revoga os incisos I, II e III do caput do art. 1º do Decreto nº 1.096, de 2021, que fixa o calendário de feriados e pontos facultativos do ano de 2021 para os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1130

**28 DE JANEIRO DE 2021**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1131

**28 DE JANEIRO DE 2021**

Homologa situação de emergência nos Municípios que menciona. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.133

**2 DE FEVEREIRO DE 2021**

Altera os arts. 1º e 3º do Decreto nº 906, de 2020, que dispõe sobre o Fundo de Aval do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.134,

**2 DE FEVEREIRO DE 2021**

Introduz as Alterações 4.244 a 4.247 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.140

**5 DE FEVEREIRO DE 2021**

Altera o Decreto nº 825, de 2020, que declara de utilidade pública, para fins de aquisição,

por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados à margem da faixa de domínio constante das áreas que menciona. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.141

**9 DE FEVEREIRO DE 2021**

Institui o Programa para Atração de Investimentos e Incentivos a Novos Negócios para o Estado de Santa Catarina (INVESTSC) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.142,

**9 DE FEVEREIRO DE 2021**

Institui a Política de Gestão dos Ativos Intangíveis do Estado, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.145

**DE 9 DE FEVEREIRO DE 2021**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.146

**DE 9 DE FEVEREIRO DE 2021**

Introduz as Alterações 4.249 a 4.251 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.147

**DE 9 DE FEVEREIRO DE 2021**

Introduz a Alteração 4.248 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.148

**10 DE FEVEREIRO DE 2021**

Dispõe sobre a homologação de pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEE). ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.153

**15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Altera o art. 5º do Decreto nº 1.003, de 2020, que regulamenta a Lei nº 18.032, de 2020, que dispõe sobre as atividades essenciais no Estado de Santa Catarina, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.154

**15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.155

**15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.156

**15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Revoga o Decreto nº 1.543, de 2013, que estabelece as ações necessárias para o encerramento do processo de extinção da Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CO-DISC) e os respectivos responsáveis. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.158

**15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019. ([Inteiro teor](#))

#### DECRETO Nº 1.160

**15 DE FEVEREIRO DE 2021**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### DECRETOS

#### DECRETO Nº 1.162 19 DE FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE). [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.163 19 DE FEVEREIRO DE 2021

Regulamenta a Lei nº 17.985, de 2020, que institui o recebimento de comunicação de violência doméstica e familiar contra a mulher, por intermédio de atendentes em farmácias e drogarias que permanecerem em funcionamento durante

a vigência do estado de calamidade pública no Estado de Santa Catarina. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.168 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Estabelece, em caráter extraordinário, medidas de enfrentamento da COVID-19 em todo o território catarinense e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.169 24 DE FEVEREIRO DE 2021

Homologa situação de emergência no Municí-

pio que menciona. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 1.172 26 DE FEVEREIRO DE 2021

Estabelece, em caráter extraordinário, novas medidas de enfrentamento da COVID-19 em todo o território catarinense e estabelece outras providências. [\(Inteiro teor\)](#)

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

### DECRETOS

#### DECRETO Nº 10.614 29 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.615 29 DE JANEIRO DE 2021

Dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.616 29 DE JANEIRO DE 2021

Delega a competência ao Ministro de Estado da Economia para a prática dos atos que especifica, e altera o Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.617 5 de FEVEREIRO DE 2021

Altera o Decreto nº 9.931, de 23 de julho de 2019, que institui o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.618 5 de FEVEREIRO DE 2021

Distribui o efetivo de Oficiais da Aeronáutica em tempo de paz para 2021. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.619 5 de FEVEREIRO DE 2021

Distribui o efetivo de Oficiais da Marinha em tempo de paz para 2021. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.620 5 de FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a competência para a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência social da União no âmbito da administração pública federal. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.621 5 de FEVEREIRO DE 2021

Altera a relação a que se refere a Seção I do Anexo III à Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.622 9 de FEVEREIRO DE 2021

Designa a autoridade central federal de que trata a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, institui o Comitê Gestor da Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e dispõe sobre a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.623 9 de FEVEREIRO DE 2021

Institui o Programa Adote um Parque, com a finalidade de promover a conservação, a recuperação e a melhoria das unidades de conservação federais por pessoas físicas e jurídicas privadas, nacionais e estrangeiras. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.624 9 de FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal do setor ferroviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.625 9 de FEVEREIRO DE 2021

Dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo federal até a publicação da Lei Orçamentária de 2021, e sobre a programação financeira. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.626 9 de FEVEREIRO DE 2021

Altera o Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.627 9 de FEVEREIRO DE 2021

Altera o Anexo I ao Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, que aprova o Regulamento de Produtos Controlados. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.628 12 de FEVEREIRO DE 2021

Altera o Decreto nº 9.845, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição. [\(Inteiro teor\)](#)

#### DECRETO Nº 10.629 12 de FEVEREIRO DE 2021

Altera o Decreto nº 9.846, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o registro, o cadastro, e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e atiradores. [\(Inteiro teor\)](#)

## DECRETOS

### DECRETO Nº 10.630

**12 de FEVEREIRO DE 2021**

Altera o Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 10.631

**12 de FEVEREIRO DE 2021**

Altera o Decreto nº 2.295, de 4 de agosto de 1997, que regulamenta o disposto no art. 24, caput, inciso IX, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dispõe sobre a dispensa de licitação nos casos que possam comprometer a segurança nacional. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 10.632

**12 de FEVEREIRO DE 2021**

Altera o Decreto nº 9.052, de 15 de maio de 2017, que dispõe sobre o processo de inventariança do

Fundo Nacional de Desenvolvimento. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 10.633

**12 de FEVEREIRO DE 2021**

Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal do setor ferroviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 10.634

**22 de FEVEREIRO DE 2021**

Dispõe sobre a divulgação de informações aos consumidores referentes aos preços dos combustíveis automotivos. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 10.635

**22 de FEVEREIRO DE 2021**

Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos dos setores de transporte rodoviário, portuário e aeroportuário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a inclusão de empreendimentos públicos federais dos setores portuários e aeroportuário

no Programa Nacional de Desestatização. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 10.636

**26 de FEVEREIRO DE 2021**

Altera o Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018, que regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO Nº 10.637

**26 de FEVEREIRO DE 2021**

Altera o Decreto nº 10.625, de 11 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo federal até a publicação da Lei Orçamentária de 2021, e sobre a programação financeira. [\(Inteiro teor\)](#)

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

### PARECERES

#### PARECER Nº 040/21-PGE

**Processo:** SIE 5259/2019

**Assunto:** Lotação de Servidor

**Origem:** Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE)

**Interessado:** Nazira Maria Mattar Ferraz

**Autor:** Helena Schuelter Borguesan

**Ementa:** Consulta. Secretaria de Estado da Administração. Caso concreto que não se subsume aos fundamentos jurídicos invocados. Não conhecimento.

#### PARECER Nº 041/21-PGE

**Processo:** PGE 140/2021

**Assunto:** 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2016.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Interessados:** Eraldo Construções Ltda. e Vepe Holding Ltda.

**Autor:** André Emiliano Uba

**Ementa:** Procedimento de licitação. Aditivo contratual. Substituição do locador do imóvel e prorrogação do prazo de vigência. Ajuste necessário para figurar no contrato o novo proprietário do imóvel locado. Possibilidade de modificação que não altera as condições básicas do contrato. Necessidade de prorrogação do contrato para manter o funcionamento do órgão - Lei nº 8.245/1991, conforme art. 62, § 3.o, Inc. I, da Lei nº 8.666/1993.

#### PARECER Nº 042/21-PGE

**Processo:** PGE 11/2021

**Assunto:** Renovação da assinatura de acesso à plataforma do periódico eletrônico Zênite Fácil.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Interessado:** Zênite Editora.

**Autor:** Silvio Varela Junior

**Ementa:** Procedimento de licitação. Inexigibilidade. Contratação/renovação de assinatura para acesso à plataforma de informações jurídicas. Fornecedor exclusivo. Possibilidade. Art. 25, da Lei nº 8.666/1993.

#### PARECER Nº 043/21-PGE

**Processo:** PGE 83/2021

**Assunto:** Renovação de assinaturas dos periódicos Revista Síntese de Direito Administrativo e Revista Síntese de Direito Civil e Processual.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Interessado:** IOB Informações Objetivas Publicações Jurídicas Ltda.

**Autor:** Silvio Varela Junior

**Ementa:** Licitação. Renovação de assinatura de periódicos de revistas. Fornecedor exclusivo. Contratação direta. Procedimento de inexigibilidade de licitação. Art. 25, da Lei nº 8.666/1993.

#### PARECER Nº 047/21-PGE

**Processo:** SEA 74/2021

**Assunto:** Consulta sobre os impactos trabalhistas e o tratamento devido aos empregados

públicos dos quadros das empresas estatais em liquidação.

**Origem:** Secretaria de Estado da Administração (SEA).

**Autor:** André Boeing

**Ementa:** Consulta sobre os impactos trabalhistas e o tratamento devido aos empregados públicos dos quadros das empresas estatais em liquidação. 1. Inexistência do direito à estabilidade ordinária e extraordinária no serviço público aos empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista. 2. Rompimento do vínculo laboral com a extinção da estatal. Não ocorrência da ruptura contratual em razão da mera privatização. Impossibilidade, em regra, de remanejamento de empregados públicos para outra entidade da Administração Indireta, sob pena de transgressão à regra constitucional do concurso público (CRFB, art. 37, II). Necessidade, porém, de análise do caso concreto. 3. Concessão de aposentadoria e rompimento automático ou não do vínculo laboral do empregado público com a empresa estatal. Período anterior à vigência da Emenda Constitucional no 103/2019. Inocorrência de ruptura automática (ADI 1721). Período posterior à vigência da Emenda Constitucional no 103/2019. Aposentadoria como uma nova causa de rompimento automático do vínculo trabalhista entre o empregado público e a empresa estatal. Inteligência do § 14 do art. 37 da CRFB. Regra de



PARECERES

transição do art. 6º da Emenda Constitucional no 103/2019. 4. Extinção do vínculo trabalhista e pagamento das verbas rescisórias. Necessidade de análise da causa do rompimento. Pagamento de verbas rescisórias a empregados públicos aposentados. Consideração de todo o vínculo laboral. Superação do Parecer no 201/08 desta Procuradoria.

**PARECER Nº 048/21-PGE**

**Processo:** SCPAR 1040/2020

**Origem:** SC Participações e Parcerias S.A.

**Autor:** André Emiliano Uba

**Ementa:** Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP). Contratação, pela SAP, da Caixa Econômica Federal (CEF), na qualidade de administradora do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público Privadas do Governo Federal (FEP CAIXA), nos termos da Lei federal no 13.529, de 2017, com a interveniência da SC Participações e Parcerias S.A. (SCPAR), tendo como objeto a estruturação de Projeto de Concessão de Operação de Centro Socioeducativo no Estado de Santa Catarina. Conhecimento do processo, a título de orientação técnica.

**PARECER Nº 049/21-PGE**

**Processo:** SEA 11089/2018

**Assunto:** Apuração de suposta irregularidade na construção da Nova Casa Mortuária no Município de Ilhota.

**Origem:** Secretaria de Estado da Administração (SEA)

**Autor:** Evandro Régis Eckel

**Ementa:** Doação modal a Município autorizada por Lei. Descumprimento do encargo e desvio de finalidade. Doação a terceiros. Revogação do negócio jurídico. Cláusula de reversão do bem. Compreensão pela ocorrência de prescrição decenal. Art. 205 do CC/2002. Termo inicial. Art. 562 do CC/2002. Mora no descumprimento do encargo. Lei Estadual n. 14.176/2007, art. 3º. Inocorrência de causas interruptivas ou suspensivas do fluxo prescricional. Art. 202 do CC/2002.

**PARECER Nº 050/21-PGE**

**Processo:** IGP 6860/2020

**Assunto:** Minuta de anteprojeto de lei

**Origem:** Instituto Geral de Perícias (IGP)

**Autora:** Helena Schuelter Borguesan

**Ementa:** Minuta de anteprojeto de lei que “Altera os arts. 4º, 11 e 15 e os Anexos I e II da Lei no 15.156, de 2010, que “institui o Plano de Carreiras e Vencimentos do Grupo Segurança Pública - Perícia Oficial e adota outras providências”, para o fim de modificar a nomenclatura dos cargos de Auxiliar de Médico-Legal, Auxiliar Criminalístico e Auxiliar de Laboratório”. Constitucionalidade formal. Iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo observada. Lei ordinária. Adequação legislativa. Jurisprudência do STF

exarada na ADI 5003/SC. Constitucionalidade material. Inocorrência de provimento derivado vedado pela Constituição Federal. A mera alteração do requisito de escolaridade do cargo, mantida a mesma ordem de atribuições, não viola o art. 37, II, da CF/88. Jurisprudência do STF. Medida que visa à melhoria do desempenho da função pública e que não implica, por si só, na transformação de cargos com o aproveitamento indevido de seus ocupantes.

**PARECER Nº 051/21-PGE**

**Processo:** SSP 46/2020

**Assunto:** Processo Administrativo Disciplinar no 09/2012 contra o servidor Jaison Batista Junior, ocupante do cargo de Agente de Polícia Civil, matrícula no 200.302-3.

**Origem:** Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)

**Autor:** Marcos Alberto Titão

**Ementa:** Processo Administrativo Disciplinar. Agente de Polícia Civil. Infração disciplinar caracterizada pela comissão processante. Extinção da pretensão punitiva do Estado em decorrência da consumação da prescrição. Instauração do Processo Administrativo Disciplinar enquanto último ato suficiente à interrupção do lapso prescricional. Suspensão da prescrição por 140 (cento e quarenta) dias, nos termos da Jurisprudência Pacífica do Superior Tribunal De Justiça. Transcurso bem superior ao prazo quinquenal, a teor do art. 244, inc. II da Lei Estadual no 6.843/86.

**PARECER Nº 052/21-PGE**

**Processo:** SAP 6594/2021

**Assunto:** Possibilidade de empossamento de candidato sem a apresentação de diploma de conclusão de curso.

**Origem:** Secretaria de Estado da Administração Prisional (SAP)

**Interessado:** Eduardo Rodrigues da Silva

**Autor:** Carla Schmitz de Schmitz

**Ementa:** Parecer. Consulta. Concurso Público. Edital no 01/2019-SAP/SC, destinado ao provimento de vagas para o cargo de Agente Penitenciário. Policial Penal. Posse. Falta de juntada do diploma de graduação no momento previsto pelo Edital. Apresentação de Certificado de Conclusão de Curso para a investidura. Princípios da razoabilidade, finalidade e eficiência. Precedentes do STJ e TJSC. Lei Federal no 13.727 de 2018 (Lei da Desburocratização). Possibilidade de empossamento do candidato.

**PARECER Nº 053/21-PGE**

**Processo:** PGE 3256/2020

**Assunto:** Contratação de empresa para elaboração de projeto de reforma nas instalações da Procuradoria Regional de Chapecó.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Autor:** Silvio Varela Junior

**Ementa:** Licitação. Elaboração de projetos e execução de reforma de imóvel. Dispensa de li-

citação. Contratação de proposta de menor preço. Valor inferior ao limite legal. Art. 24, inc. I, c/c art. 23, inc. I, alínea “a”, da Lei no 8.666/1993. Regularidade do procedimento.

**PARECER Nº 056/21-PGE**

**Processo:** ADR04 2508/2020

**Assunto:** Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor Geraldo José Poletto, matrícula no 259.189-8-06, ocupante do cargo de Professor.

**Origem:** Agência de Desenvolvimento Regional de Chapecó (ADR04)

**Interessado:** Geraldo José Poletto

**Autor:** André Filipe Sabetzki Boeing

**Ementa:** Processo Administrativo Disciplinar. Professor. Inassiduidade. Abandono de cargo. Infração aos artigos 160, I e II, art. 163, art.166 V e art.167 XI da Lei 6844/86, c/c artigo 12, Inciso II da Lei Complementar 491 de 20 de janeiro de 2010. Demissão simples. Cumprimento dos Requisitos Legais.

**PARECER Nº 057/21-PGE**

**Processo:** PGE 1436/2020

**Assunto:** Termo de Cooperação Técnica

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Interessado:** Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP)

**Autor:** Silvio Varela Junior

**Ementa:** Acordo de Cooperação Técnica entre a PGE/SC e a SSP/SC. Intercâmbio de informações cadastrais em regime de disponibilização de acesso ao banco de dados do sistema integrado de segurança pública (SISP). Possibilidade de celebração do ajuste.

**PARECER Nº 059/21-PGE**

**Processo:** SAP 59781/2020

**Assunto:** Requerimento administrativo subscrito por ex-Agente Penitenciário, admitido em caráter temporário, para prestar serviços perante o Presídio Regional de Chapecó.

**Origem:** Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP)

**Interessado:** Neuri Luiz Mantelli

**Autor:** André Filipe Sabetzki Boeing

**Ementa:** Solicitação de retorno aos quadros da SAP de ex-Agente Penitenciário admitido em caráter temporário e exonerado a pedido em razão da necessidade de desincompatibilização. Opinião pelo não acolhimento. Inexistência de direito à licença, com ou sem remuneração, para concorrer a cargo eletivo por servidores temporários. Aplicação das razões de decidir do Parecer no 322/20. Inexistência de previsão legal dessa licença no âmbito do Estado de Santa Catarina. Impossibilidade de extensão a servidores temporários de prerrogativas inerentes a servidores efetivos. Incompatibilidade com a essência da contratação temporária do afastamento com fins eleitorais.

**PARECER °060/21-PGE**

**Processo:** PGE 370/2021

**Assunto:** 1o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre a PGE e a UNIVALI, objetivando a mútua cooperação para a capacitação profissional do quadro efetivo da PGE em cursos de pós-graduação da UNIVALI.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)  
**Interessado:** Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

**Autor:** Silvio Varela Junior

**Ementa:** Convênio firmado entre PGE e UNIVALI. Capacitação de profissionais do quadro de pessoal da PGE. Celebração de aditivo. Aumento de desconto no pagamento do curso de pós-graduação. Regularidade do procedimento.

**PARECER N° 061/21-PGE**

**Processo:** PGE 124/2021

**Assunto:** Pagamento de dívida do exercício de 2020.

**Origem:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE)

**Autor:** Silvio Varela Junior

**Ementa:** Pagamento de dívida do exercício de 2020. Prestação de serviço de telefonia móvel, com fornecimento de aparelhos telefônicos celulares e equipamentos para transmissão de dados e acesso a internet em regime de comodato. Ausência de cobertura contratual. Serviços essenciais e inadiáveis que não podem ter sua prestação interrompida. Obrigação de indenizar do Estado. Art. 59, par. único, da Lei no 8.666/1993, c/c o art. 884, do CC/2002. Competência do Procurador-Geral do Estado para autorizar o pagamento das despesas. – art. 106, § 2o, incisos IV e VIII, c/c art. 106, § 1o, inc. II, da Lei Complementar 741/2019.

**PARECER N° 062/21-PGE**

**Assunto:** Contrato de operacionalização e execução dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e seus respectivos aditivos.

**Origem:** Secretaria de Estado da Saúde (SES)

**Interessado:** OZZ Saúde Eireli

**Autor:** Carla Schmitz de Schmitz

**Ementa:** Contrato de prestação de serviços do SAMU. OZZ Saúde. Contrato n. 259/2018 e aditivos. Ofícios no 04 e 05/2020 da OZZ Saúde. Requerimento de pagamento de valores suportados pela prestadora e sem previsão contratual. Reequilíbrio econômico-financeiro. Pareceres COJUR/SES ns. 1023/2019, 293/2020, 321/2020 e 711/2020. Pareceres COJUR/PGE ns. 183/2019 e 468/2020. Indeferimento dos pedidos.

**PARECER N° 063/21-PGE**

**Processo:** GCE 216/2019

**Assunto:** Proposta de revogação da Resolução CGPACTO no 001/2016

**Origem:** Gabinete da Chefia do Executivo (GCE)

**Autor:** Marcos Alberto Titão

**Ementa:** Revogação da Resolução CGPACTO no 001, de 16 de agosto de 2016, a qual regulamenta a atividade de monitoramento dos Projetos Integrantes do Programa PACTO por Santa Catarina. Viabilidade. Reestruturação organizacional básica da Administração Pública Estadual operada pela Lei Complementar no 741, de 12 de junho de 2019. Descentralização das atribuições do EPROJ aos NUPROJ's. Extinção do DEINFRA e subsequente incorporação das competências atribuídas pela Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE). Competência de monitoramento amplo da execução de portfólios e projetos estruturantes prevista no art. 8o da Lei Complementar no 741/2019 deferida ao EPROJ. Poder Discricionário. Conveniência e Oportunidade da revogação do ato. Mérito administrativo.

**PARECER N° 065/21-PGE**

**Processo:** SCC 1842/2021

**Assunto:** Proposta de Sustação de Ato no 00017.4/2020.

**Origem:** Casa Civil (CC)

**Autor:** André Doumid Borges

**Ementa:** Proposta de suspensão de ato pela Assembleia Legislativa com base no art. 40, inciso VI, da Constituição Estadual. O controle previsto no art. 40, inciso VI, da Constituição Estadual é limitado e restringe-se às hipóteses de extrapolação do poder regulamentar, não se aplicando aos atos normativos editados com supedâneo no poder normativo do Poder Executivo e que não se destinem especificamente à regulamentação de leis. Hipótese de óbice jurídico à tramitação da Proposta de Sustação de Ato no 00017.4/2020.

**PARECER N° 067/21-PGE**

**Processo:** SES 10602/2021

**Assunto:** Possibilidade de requisitar acesso a prontuários médicos de pacientes independentemente de ordem judicial.

**Origem:** Secretaria de Estado da Saúde

**Autor:** Evandro Régis Eckel

**Ementa:** Direitos da personalidade. Sigilo do prontuário médico. Inexistência de injuricidade nas conclusões do Parecer SES/COJUR n. 0170/2019. A requisição de prontuário médico, ainda que formulada pelo Ministério Público, submete-se à reserva constitucional de jurisdição. Aplicação do Parecer n. 267/2017, desta COJUR/PGE. Jurisprudência dos Tribunais Superiores.

**PARECER N° 068/21-PGE**

**Processo:** CIASC 123/2021

**Assunto:** Edital de Concorrência Pública n° 0068/2019 destinado à contratação de serviços publicitários prestados à Administração Direta e Indireta.

**Origem:** Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)

**Autor:** André Filipe Sabetzki Boeing

**Ementa:** Edital de Concorrência Pública n° 0068/2019 destinado à contratação de serviços publicitários prestados à Administração Direta e Indireta. Procedimento já homologado. Regência da integralidade do certame, incluindo a parcela relativa às empresas estatais, pelas Leis no 8.666/93 e 12.232/2010. Não utilização do rito previsto na Lei no 13.303/2016. Irregularidade. Possibilidade, no entanto, de convalidação do vício. Inteligência dos arts. 55 da Lei no 9.784/1999 e 62 da Lei no 13.303/2016.

**PARECER N° 071/21-PGE**

**Processo:** SCPAR 1040/2020

**Assunto:** Estruturação de Projeto de Concessão de Operação de Centro Socioeducativo no Estado de Santa Catarina.

**Origem:** SC Participações e Parcerias S.A. (SCPAR)

**Autor:** André Emiliano Uba

**Ementa:** Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP). Encaminhamento, pela SAP, de informações, documentos e justificativas sobre os apontamentos enumerados pela Procuradoria-Geral do Estado no PARECER no 012/21-PGE e no PARECER No 048/21-PGE. Restituição dos autos à origem, para que o órgão setorial, se for o caso, efetue a adoção de ulteriores providências que se fizerem necessárias ao prosseguimento do feito.

**PARECER N° 074/20-PGE**

**Processo:** COHAB 1093/2019

**Assunto:** Imóveis da COHAB - Dação em Pagamento

**Origem:** Companhia de Habitação do Estado Santa Catarina (COHAB)

**Autor:** Marcos Alberto Titão

**Ementa:** Dação em pagamento de bens imóveis com a finalidade de amortização de dívida. Empresa estatal em liquidação. COHAB/SC. Presença dos requisitos legais, inclusive, quanto ao necessário consentimento do credor. Viabilidade de extinção parcial da obrigação pela dação em pagamento. Aplicabilidade da sucessão imobiliária (obrigações propter rem), com a incidência de todas as normas civis pertinentes ao contrato particular de compra e venda, inclusive, das regras sobre evicção (art. 447, CC) e, ainda, das pertinentes à sucessão tributária (art. 130, CTN). Necessária realização de due diligence através da apresentação das matrículas atualizadas de todos os imóveis e verificação da existência de eventuais dívidas sobre os mesmos. Desnecessidade de autorização legislativa para futura alienação dos imóveis cuja aquisição haja derivado de dação em pagamento (art. 19 da Lei no 8.666/93).

**PRODUÇÃO:**

Assessoria de Comunicação

